

Conforme os autos, a filha da autora da ação deu entrada na Santa Casa com fortes dores no peito, mas foi dispensada com uso de medicamentos para dor de barriga pelo médico responsável. Alega também que os exames realizados desapareceram do prontuário médico da filha que acabou morrendo de infarto.

Em sua defesa, a prefeitura alegou que realizou uma sindicância na Santa Casa que concluiu que não houve erro médico. Já o hospital alegou que todos os atendimentos emergenciais e paliativos foram realizados, não havendo qualquer negativa ou ato praticado que tenha provocado a morte da filha da autora.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: ConJur, em 09.08.2025